



PRIMEIRO MINISTRO

DISCURSO DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DA REUNIÃO “JORNADAS ORÇAMENTAIS PARA O ANO 2027”

“Reforçar a Resiliência através da Transformação: Diversificar a Economia para um Futuro Sustentável”

Auditório Kay Rala Xanana Gusmão, Ministério das Finanças, Díli
12 junho de 2026



Senhoras e Senhores Membros do Governo

Presidentes das Autoridades Municipais e Administrativas

Senhores Diretores-Gerais, Diretores Nacionais e Altos Funcionários,

Em primeiro lugar, apresento as minhas boas-vindas a mais uma reunião das “Jornadas Orçamentais”.

Nesta etapa de preparação do Orçamento Geral do Estado para 2027, através de um esforço coletivo, damos mais um passo no desenvolvimento sustentável de longo prazo de Timor-Leste.

O Orçamento do Estado para 2027 será o primeiro orçamento do nosso Quadro de Planeamento a Médio Prazo 2027-2030. Este é o novo roteiro do Governo para alcançar as metas estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, aprovado em 2011.

Este orçamento pretende assim, colocar-nos, de forma ainda mais firme no caminho certo para atingirmos o estatuto de país de rendimento médio-alto até 2030.

O Orçamento para 2027 será igualmente determinante para diversificar a economia não petrolífera e promover um crescimento mais inclusivo, apoiado também pela Política da Economia Azul 2025–2035 e pela nossa integração plena na ASEAN, bem como por outros compromissos nacionais.

O Orçamento do Estado de 2027 será orientado pelo tema «*Reforçar a Resiliência Através da Transformação: Diversificar a Economia para um Futuro Sustentável*». Isto significa transformar a nossa resiliência em investimentos em setores produtivos estratégicos, em infraestruturas de qualidade, em conectividade e acesso a serviços básicos, e no fortalecimento do capital humano nacional.

Significa ainda nunca abrandar o ritmo das nossas reformas institucionais, pilar fundamental para uma boa prestação de serviços públicos. E significa não perder de vista os desafios globais e os imprevistos, incluindo os de natureza ambiental, para estarmos melhor preparados para choques, desastres e riscos climáticos.

As palavras e os slogans, inspiram-nos, mas é na tomada de decisão sobre o que financiamos ou deixamos de financiar, e nos investimentos traduzidos em números

e resultados, que reside o verdadeiro carácter da governação e o desempenho do setor público.

Senhoras e Senhores,

Temos de partir de uma avaliação honesta da nossa situação atual. A monitorização do Plano Estratégico de Desenvolvimento mostra que, das 199 metas definidas, muitas registam apenas progressos parciais e algumas não evidenciam qualquer avanço. Foram utilizados recursos públicos significativos, mas os resultados para os nossos cidadãos e para a nossa economia não evoluíram ao ritmo esperado.

Se continuarmos a recorrer à antiga forma de elaborar o orçamento, correremos o risco de esgotar o Fundo Petrolífero sem concretizar a transformação estrutural que o nosso povo merece.

Por esta razão, o Orçamento do Estado de 2027 será também o primeiro grande teste ao nosso novo processo orçamental. O Ministério das Finanças já delineou os aspetos técnicos.

Permitam-me, portanto, enquanto Chefe do Governo, concentrar-me naquilo que espero de vós, enquanto líderes dos ministérios e das demais instituições do Estado.

Em primeiro lugar, as estimativas prospetivas passam a ser a base de referência vinculativa para as despesas. Não devemos reconstruir os orçamentos a partir do zero. Apenas serão permitidos três tipos de alterações: correções técnicas; ajustamentos de parâmetros, como a inflação ou a evolução da população; e novas decisões políticas aprovadas pelo Comité de Revisão de Políticas. Isto exige uma maior disciplina na forma como planeamos e apresentamos essas alterações.

Em segundo lugar, todas as novas propostas de despesa devem passar pelo processo de definição de “Prioridades Políticas do Governo”. Não haverá mais propostas de última hora, nem submissões “pela porta das traseiras”, sem o devido cálculo de custos ou sem uma avaliação rigorosa.

A autoridade para apresentar novas iniciativas políticas cabe ao meu Gabinete. Apenas as propostas que o Comité de Revisão de Políticas decidir analisar avançarão para a fase de cálculo detalhado de custos.

Em terceiro lugar, cada ministério deve ser seletivo e estratégico. Peço-vos que identifiquem um número reduzido de iniciativas de alto impacto, que contribuam

diretamente para as orientações que acordámos para a preparação do Orçamento do Estado de 2027:

- Diversificação económica e setores produtivos – agricultura, pescas, turismo, comércio, serviços, minerais responsáveis e petróleo estratégico;
- Infraestruturas rurais, conectividade e acesso a serviços básicos;
- Capital humano e prestação de serviços – educação, saúde, qualificações profissionais, emprego para jovens e participação económica das mulheres;
- Qualidade e execução do investimento público – melhor seleção, preparação, implementação, manutenção e monitorização de projetos;
- Resiliência nacional – segurança alimentar e energética, preparação para catástrofes e adaptação às alterações climáticas;
- Preparação para a Cimeira da CPLP de 2027, para as eleições em 2027 e para a Presidência da ASEAN em 2029;
- Crescimento do setor privado e transformação digital;
- Sustentabilidade orçamental, reforma institucional e reforço do sistema judicial.

As propostas que não se enquadrem nestas orientações, ou que simplesmente resgatem ideias do passado sem evidência mais sólida do seu impacto, não serão consideradas prioritárias.

Em quarto lugar, devem ser cumpridas rigorosamente as novas regras relativas a custos, documentação e prazos. Cada proposta de política deve assentar numa definição clara do problema, em objetivos realistas e em resultados esperados bem identificados. Devem ser utilizados os modelos padrão e as diretrizes de cálculo de custos emitidos pelo Ministério das Finanças, e esses custos devem ser validados pelo menos 10 dias antes da reunião do Comité de Revisão de Políticas.

Se estas condições não forem cumpridas, a proposta não será apresentada. Apenas o meu Gabinete poderá autorizar exceções, o que acontecerá de forma rara e devidamente justificada.

Em quinto lugar, iremos alterar os incentivos no processo orçamental. O Orçamento do Estado de 2027 não deve financiar novos estudos de viabilidade para projetos que já se encontram suficientemente estudados e prontos para execução.

Não podemos perpetuar um modelo de crescimento baseado apenas na despesa pública, sem mobilizar investimento privado, parcerias público-privadas e financiamento misto. E não podemos financiar novas estradas em áreas já servidas, enquanto os ativos existentes se deterioram e os corredores de produção permanecem incompletos. Não podemos duplicar programas já apoiados por parceiros externos, em vez de colmatar lacunas genuínas e reforçar a apropriação nacional.

Em vez disso, daremos preferência a propostas que se alinhem com o Quadro de Planeamento a Médio Prazo e as suas 10 intervenções emblemáticas, com resultados claros e mensuráveis. Isto é, queremos identificar o número de hectares irrigados, de empregos criados, de exportações aumentadas, o número de novos turistas, e o número de famílias beneficiadas, bem como outros indicadores de resiliência melhorados.

Daremos preferência a iniciativas que reforcem as instituições, os sistemas e os dados, especialmente na gestão das finanças públicas e na gestão do investimento público.

E daremos preferência àquelas que demonstrem uma boa relação custo-benefício, ganhos de eficiência e sustentabilidade a longo prazo.

Senhoras e Senhores,

Espero que cada Membro do Governo analise cuidadosamente os seus programas. Quero que identifiquem atividades de baixa prioridade, baixo impacto ou desempenho consistentemente insatisfatório, e que estejam preparados para as reduzir ou encerrar, a fim de criar espaço orçamental para prioridades mais elevadas.

A sustentabilidade orçamental não é apenas da responsabilidade do Ministério das Finanças. A sustentabilidade orçamental depende das decisões tomadas em todos os ministérios.

O novo processo será exigente, mas foi concebido para apoiar uma melhor tomada de decisão. O Ministério das Finanças fornecerá estimativas antecipadas, orientações, modelos e formação. O Comité de Revisão de Políticas reunir-se-á várias

vezes de forma estruturada para analisar opções, ouvir os argumentos e tomar decisões.

Esta reunião de “Jornadas Orçamentais” é o nosso ponto de partida. Espero que todos os ministros conduzam um processo interno disciplinado e apresentem apenas ideias bem ponderadas e de alta qualidade, dentro dos prazos estabelecidos.

Os nossos cidadãos podem não acompanhar os pormenores deste processo, mas irão sentir os seus resultados. Os timorenses merecem melhor infraestruturas e serviços, mais oportunidades de emprego e de negócio, e uma proteção mais sólida contra crises e catástrofes.

Através do Orçamento do Estado de 2027, temos de demonstrar que as nossas instituições são capazes de alcançar estes resultados com disciplina, transparência e unidade de propósito.

Conto com a vossa total cooperação.

O povo timorense conta com o vosso empenho e profissionalismo.

Aproveitemos esta reunião para esclarecer dúvidas e para assumir o compromisso de fazer com que o novo processo orçamental funcione para o povo de Timor-Leste.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão